

Conscientização Ambiental: da Educação Formal a Não Formal

Luiz Carlos Lima dos Reis

Universidade Severino Sombra
luizcarf@globomail.com

Luzia Teixeira de Azevedo Soares Semêdo

Universidade Severino Sombra
luziasemedo@gmail.com

Rosana Canuto Gomes

Universidade Severino Sombra
rosanacanutogomes@gmail.com

Resumo: *Este trabalho busca fazer uma análise sobre a importância de se trabalhar educação ambiental nas suas diferentes esferas, o que colabora para a compreensão do modo como se dá a relação entre a educação ambiental formal e a educação ambiental não formal. Desse modo, foi feita uma pesquisa que aponta para as necessidades de se conscientizar e modificar a mentalidade de todos, já que a educação ambiental é um processo em permanente construção e tem como objetivo promover a renovação da autoimagem e da percepção do indivíduo perante o mundo e a coletividade, a fim de possibilitar não só a aquisição de novos conhecimentos, mas o despertar de valores e execução de novas atitudes em relação ao ambiente.*

Palavras-chave: *Educação Ambiental. Educação Ambiental Formal. Educação Ambiental Não Formal. Conscientização.*

Environmental Awareness: Formal Education of a Non-Formal

Abstract: *This project intends to analyze the importance of Environment Education in its different aspects, collaborating to the understanding of the formal and the non formal process of Environment Education. Therefore, it was made a research about formal and non-formal Environment Education, finding the needs of making everybody aware and to modify the mentality of society, considering that Environment Education is a process of permanent construction, that has as objective to promote the renovation of the auto image and the perception of the human being in relation to the World and in relation to the collectivity, providing not only the acquisition of new knowledge, but also new values and the learning of new attitudes in relation to the environment.*

Keywords: Environment Education. Formal and non-formal Environment Education. Environment awareness.

Introdução

Atualmente, as questões ambientais têm sido alvo de preocupação não apenas de ambientalistas, ONGs (Organizações Não Governamentais), como também de especialistas. Estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e esbarram não apenas nas informações de seu cotidiano, mas em suas obrigações como cidadãos. O poder público também tem apresentado preocupação, contudo, isto se dá muito mais em vista de obrigações legais do que por preocupação dos benefícios que a consciência ambiental pode trazer.

De acordo com Segura (2001), a educação ambiental representa um instrumento fundamental para uma possível alteração do modelo de degradação ambiental vigente. As práticas educativas relacionadas à questão podem assumir função transformadora, o que faz os indivíduos, depois de conscientizados, se tornarem em objetos essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável (Segura, 2001).

Fica evidente a importância de se conscientizar os cidadãos para que atuem de maneira responsável e mantenham o ambiente saudável no presente, para que no futuro saibam exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a sua comunidade, o que modificará suas relações com o ambiente tanto interiormente, como pessoa quanto como ser coletivo.

Nossa finalidade é a educação transformadora, e, neste contexto, procuramos ver essas possibilidades por meio da implementação da educação ambiental no ensino formal, e paralelamente, na realidade local. Nesse aspecto, tentou-se inserir a teoria e a prática no nosso cotidiano escolar, assim como a implementação da educação ambiental no ensino não formal (Segura, 2001).

Este trabalho tem como objetivo mostrar a importância da conscientização ambiental em suas diversas ramificações para que as gerações presentes e futuras tenham equilíbrio ambiental mediante ações sustentáveis.

O tema educação ambiental surge a partir da grande preocupação do homem com os aspectos ambientais, devido a grandes desastres naturais que têm acarretado impactos no ambiente nas últimas décadas. A principal função quanto a essa conscientização é expor a importância e a responsabilidade que cada cidadão tem sobre o meio ambiente, educar a população a usar nossos recursos de maneira sustentável (Ferraro Junior et al., 2005).

Impactos ambientais negativos resultam não só da precariedade dos serviços públicos oferecidos à população, mas também se dá pelo desleixo e omissão dos próprios cidadãos, o que coloca em risco aspectos de interesse da coletividade. Essa postura de dependência da população sucede muito por desconhecimento e falta de consciência ambiental. A educação ambiental é um instrumento eficaz para superar os atuais embaraços da sociedade.

As práticas educativas voltadas para o ambiente ganharam destaque e têm sido valorizadas ao longo dos últimos 20 anos. É possível notar o crescimento, o dinamismo e a demanda

de trabalho nessa área em vários setores. O crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileiras gerou uma crescente degradação das condições de vida, o que impõe uma reflexão necessária e o enfrentamento de desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno dos problemas emergentes.

A escola é um espaço privilegiado à formação de cidadãos e ao desenvolvimento de valores que influenciem na aquisição de atitudes adequadas quanto ao consumo e descarte de resíduos, porém, como destaca Sauvé (2005), os educadores ainda n  conseguem intervir de modo acentuado na educa o ambiental, uma vez que n  levam em conta as múltiplas facetas da nossa rela o com o ambiente. Essas múltiplas facetas correspondem a modos diversos e complementares de aprender sobre o ambiente.

Merecem destaque sete facetas apontadas por Sauvé (2005) para que possamos compreender melhor todos os pontos a serem trabalhados na educa o ambiental e todo o universo que permeia este conceito:

- . *Meio ambiente: natureza* (para contemplar, respeitar e preservar) – Os atuais problemas socioambientais tiveram origem na dificuldade que o homem tem de perceber que pertence   natureza, que   parte dela e que dela precisa. Portanto, existe uma lacuna entre o ser humano e a natureza que precisa ser trabalhada.
- . *Meio ambiente: recurso* (para gerir e repartir) –   a faceta que mais tem sido trabalhada. Implica educa o para o consumo consciente, a conserva o e a solidariedade na divisão igualitária dentro de cada sociedade, tanto as atuais quanto as futuras.
- . *Meio ambiente problema* (para resolver e prevenir) - Esta   a faceta da qual mais carecemos hoje, pois visa estimular o exercício da resolu o de problemas reais e a concretiza o de projetos que visam a preveni-los.
- . *Meio ambiente sistema* (para entender e poder decidir melhor) – A educa o ecológica, nesta faceta, interv m de maneira fundamental, conduzindo a um aprendizado de conhecimento e respeito de toda a diversidade, a riqueza e a complexidade do meio ambiente.
- . *Meio ambiente: lugar em que se vive* (para conhecer, explorar e aprimorar) – Conhecer, explorar e redescobrir o lugar em que se vive, ou seja, tentar mudar atitudes cotidianas para uma vida mais sustentável e consciente.
- . *Meio ambiente biosfera*: (para viver em longo prazo) – Pensar em outras na es, refletir a respeito do desenvolvimento das sociedades humanas.
- . *Meio ambiente: projeto comunitário*: (em que e como se empenhar ativamente) – Esta   a faceta com que as pessoas mais têm contato, porém sentem dificuldades em se enxergar como parte do projeto, como parte da comunidade. A coopera o e a parceria precisam ocorrer para que sejam realizadas as mudanças coletivamente desejadas.

Note-se que estas facetas estão interligadas, e que uma educa o ambiental que contemple apenas uma ou outra se torna incompleta e mant m esta visão de que o “*estar no mundo*” (Sauvé, 2005)   tão deturpado que causa danos irreparáveis ao ambiente.

Entretanto, para que todas essas facetas da educação ambiental possam ser mais bem trabalhadas não é o único desafio encontrado. Estabelecer uma educação ambiental de níveis formal e não formal é outro desafio. A educação ambiental, acima de tudo, deve ser um ato voltado para uma mudança social que busque conscientizar a todos de que os recursos naturais são esgotáveis e de que nós somos os principais responsáveis pela degradação do ambiente (Amaral, 2008).

No ensino formal a educação ambiental é especificada e desenvolvida nos currículos das instituições públicas e privadas vinculadas aos sistemas federais, estaduais e municipais de ensino. Deve ser desenvolvida como prática educativa contínua, permanente, inter e transdisciplinar em todos os níveis e modalidades educacionais. A educação básica, especial, profissional, EJA e superior deveriam adotar conteúdos relacionados ao ambiente e à formação de hábitos e atitudes pessoais e coletivas que preservem a qualidade de vida e os recursos naturais. Os conteúdos formais relacionados ao ensino fundamental e médio estão nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), onde se encontram especificados os objetivos e as metas que a educação ambiental deve atingir para os estudantes destes níveis (Hendges, 2010).

Já os cursos de formação e/ou especialização, técnicos e profissionalizantes devem congregam conteúdos específicos sobre ética ambiental e correlacionar as atividades a serem desenvolvidas posteriormente. A dimensão ambiental deve estar presente em todas as disciplinas e atividades desenvolvidas nos cursos de formação de professores. Os docentes que começaram a exercer suas atividades antes da Lei 9.795/1999 devem receber formação complementar para atender aos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Ações e práticas educativas voltadas para a conscientização coletiva sobre as questões ambientais e à sua participação na defesa do ambiente são conhecidas como educação ambiental em nível não formal. Os poderes públicos devem incentivar a difusão de campanhas educativas e informações relacionadas ao ambiente, à participação das empresas públicas e privadas, meios de comunicação, empresas, ONGs, escolas e sociedade na formulação, execução e desenvolvimento de programas e atividades vinculadas com a educação ambiental não formal. Também são consideradas ações não formais de educação ambiental a divulgação de conteúdos que estimulem a sensibilização e capacitação da sociedade para a importância das Unidades de Conservação. Neste mesmo sentido estão relacionadas como atividades não formais de educação ambiental no ensino brasileiro a sensibilização dos agricultores para as questões ambientais e as atividades de ecoturismo (Hendges, 2010).

Os principais problemas encontrados na educação formal são a falta de estímulo à pesquisa científica e prática, falta de integração e preparo do corpo docente, não abordagem de temas contemporâneos, como água, entre outros. Já na educação ambiental não formal os problemas são a falta de informação, investimento, capacitação.

A crise ambiental que vivenciamos atualmente exige a participação de cada indivíduo. O compromisso de cada um de nós, bilhões de habitantes deste planeta essencial e insubstituível para a implementação das mudanças radicais que o momento exige. Mas como conseguir o efetivo envolvimento de cada um?

Isso é o que veremos no decorrer deste trabalho: identificar o que deve ser feito no ensino formal para que essa conscientização seja levada para fora da escola e o que deve ser feito no não formal para quem já não convive no ambiente escolar.

Educação Ambiental: Legislação

A educação ambiental é totalmente amparada por lei nos mais diversos fatores. Citaremos somente alguns fragmentos legais relacionadas à educação ambiental formal e não formal (Lei n.º 9.795 de abril de 1999).

Os Artigos de 1 a 8 referem à educação ambiental e aos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade como sendo um componente essencial e permanente da educação nacional que deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Da educação ambiental no ensino formal. Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privada, englobando: I - educação básica; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos. Ela deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, e deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Da educação ambiental não formal. Entende-se pelas ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e sua organização e participação na defesa da qualidade do ambiente. O poder público, em níveis federal, estadual e municipal incentivará a difusão, nos meios de comunicação de massa de informações acerca de temas relacionados ao ambiente; a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal; a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais; a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação, das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação, dos agricultores; o ecoturismo.

Educação Ambiental no Ensino Formal



Figura 1. A escola construindo caminhos para a Sustentabilidade
Fonte: (<http://caminhosparaasustentabilidade.blogspot.com.br>)

Segundo Narcizo (2009), educadora ambiental, “a escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização iniciado em casa com seus familiares. Considerada toda a importância da temática ambiental se sobressaem as escolas como espaços privilegiados no desenvolvimento socioambiental dos alunos (Figura1).

Temos, com isso, a necessidade de atividades de campo e de sala de aula, com projetos que estimulem o comprometimento ambiental e que elevem a autoconfiança, implementados de modo interdisciplinar. As gerações que assim forem educadas crescerão em um novo modelo de educação e criará novas visões sobre o que é o planeta.

Desde cedo, as crianças devem obter hábitos de serem ambientalmente corretos, e quando passam a conviver em um ambiente escolar devem fazer parte de seu cotidiano e para que isso aconteça precisam ter exemplos daqueles que exercem influência sobre esses alunos, seus professores (Narcizo, 2009).

O professor deve ter consciência da responsabilidade assumida quando adentra a uma sala de aula para passar aquele conteúdo aos seus alunos, pois, como comentado, o exemplo é a melhor maneira de se ensinar. Seu comportamento fora de sala de aula também influencia diretamente as crianças, para que estas não vejam o tema estudado apenas como conteúdo, mas como de importância para a vida fora da sala de aula. A criança deve aprender que a responsabilidade é de todos, que o amanhã de todos está amarrado aos atos de cada indivíduo (Effting, 2007).

Cursos de capacitação de professores veem como necessária a educação ambiental, tendo em vista que esta é um processo contínuo, para que esses professores sejam capazes de ensinar alguns de seus princípios fundamentais.

Nas escolas, a educação ambiental deve sensibilizar os alunos que necessitam viver em conformidade com o ambiente em que habitam e com outros seres vivos, no sentido de apresentar uma análise crítica dos princípios que levam à destruição dos recursos naturais e de outros seres vivos. Deve-se abordar temas que mostrem que os recursos naturais não são inesgotáveis, e que devem ser usados de maneira racional, com utilização da reciclagem como um processo fundamental a evitar o desperdício. Dependemos da conservação da biodiversidade do planeta, ou seja, as demais espécies existentes no planeta merecem nosso respeito (Narcizo, 2009).

A sensibilização desse ambiente escolar pode e/ou deve ajudar na sensibilização das comunidades do entorno dessas escolas ou até a outras comunidades onde residam os alunos dessa escola.

Souza (2000) afirma que o estreitamento das relações intra e extraescolar é bastante útil na conservação do ambiente, principalmente o da escola.

Para que todo o projeto tenha bom êxito a educação ambiental deve ser trabalhada acima de tudo, de forma prazerosa, pois para se alcançar a um bem comum devemos mudar as mentalidades individuais. Dificuldades existem, porém necessitam ser enfrentadas, pois concordo com Dias (1992) quando diz: “Sabemos que a maioria dos nossos problemas ambientais tem suas raízes em fatores socioeconômicos, políticos e culturais, e que não podem ser previstos ou resolvidos por meios puramente tecnológicos”. Podemos ver com isso, a importância de haver a inclusão da educação ambiental nas escolas para a formação de cidadãos ecologicamente corretos.

A escola deve correlacionar os problemas ambientais com a realidade de suas comunidades, para que possam ajudar os alunos a perceber a problemática do mundo real. Para que isso funcione, a educação ambiental deve ser abordada em todos os níveis de ensino, e desse modo, a escola será um ambiente social onde o aluno será sensibilizado para os problemas ambientais, o que garante que, fora do âmbito escolar esse aluno coloque em prática todas as ações passadas no ambiente escolar. A formação de cidadãos responsáveis acontece na prática, no cotidiano da vida escolar onde se deve ensinar comportamentos ambientalmente corretos (Narcizo, 2009).

Devem ser praticados com os alunos estudos de temas que abordem o ambiente, e essas podem ser ações como: palestras, oficinas, aulas críticas e saídas a campo. Nesse ínterim, os educadores podem incluir toda uma comunidade, além de conhecer seu meio e até levantar dados para possíveis projetos futuros de melhorias da qualidade de vida da comunidade em questão.

A educação ambiental tem como objetivo um processo de formação e educação constante, o que colabora para um ativo envolvimento do público, e o bem-estar crescente das comunidades humanas.

As finalidades da educação para com o ambiente foram determinadas pela Unesco, logo após a Conferência de Belgrado (1975) e são as seguintes:

“Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas relacionados. Uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido

de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que se repitam” (Oliveira *apud* Effting, 2007).

Desenvolver a educação ambiental nas escolas tem sido uma empreitada bem difícil. Há muitas dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, na implantação de atividades e projetos e, sobretudo, na sustentação e prosseguimento dos já existentes. Segundo Andrade (2000), fatores como: o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de, realmente, implementar um projeto ambiental que vá alterar a rotina na escola etc. Além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos à implementação da educação ambiental.

A educação ambiental não se dá por atividades isoladas, mas por uma mudança de paradigmas, ou seja, da mentalidade dos alunos.

Segundo Oliveira *apud* Effting (2007), há três dificuldades a serem vencidas no processo da efetiva implementação da educação ambiental no âmbito escolar:

1. A busca de alternativas metodológicas que façam convergir o enfoque disciplinar para o indisciplinar;
2. A barreira rígida da estrutura curricular em termos de carga horária de conteúdos mínimos, avaliação etc;
3. A sensibilização do corpo docente para a mudança de uma prática estabelecida, frente às dificuldades de novos desafios e reformulações que exigem trabalho e criatividade.

Segundo Andrade (2000), a escola deve se posicionar “por um processo de implementação que não seja hierárquico, agressivo, competitivo e exclusivista, mas que seja levado adiante, e fundamentado pela cooperação, participação e geração de autonomia dos atores envolvidos.”

Projetos ou ideias isoladas impostos por apenas pequenos grupos, e que sejam gerenciados por poucas pessoas da comunidade escolar não produzem as mudanças necessárias para a mentalidade de se diminuir o consumo além da comunidade escolar. Desse modo, deve-se buscar métodos que culminem na mudança de mentalidade dos alunos, pois será aplicada na escola a verdadeira educação ambiental, que não busque meramente projetos ilustrativos, mas aqueles que busquem a modificação das atitudes da comunidade escolar, com vistas a um futuro ambiente equilibrado onde possamos viver em harmonia com o meio, com nossos semelhantes e com outros seres vivos.

Andrade (2000) recomenda algumas estratégias para a busca de alternativas na escola e de planejamento escolar com equipes de coordenação multidisciplinar: formulação de um projeto pedagógico para a escola e que reflita o espaço sociopolítico-econômico e cultural que a ela se insira; levantamento de situações-problema relevantes, referentes à realidade em que a escola está inserida, a partir das quais se busca a formulação de temas

para estudo, análise e reflexão; estruturação de uma matriz de conteúdos inter cruzados conteúdos/disciplina x situações– problemas/temas.

A realização de seminários, encontros, debates entre professores, para compatibilizar as abordagens dos conteúdos/disciplinas x situações-problema/temas, na busca de situações-problema a serem trabalhadas.

Algumas ações escolares interessantes sugeridas por Effting (2007) são: levantamento do perfil ambiental da escola (se possui área verde, horta, coleta seletiva, composteira, minhocário, entre outros); levantamento dos projetos que estão sendo desenvolvidos na escola; acompanhamento de projetos específicos na escola e que serão desenvolvidos pelos professores ou pelo Grêmio Estudantil (horta comunitária, reciclagem de lixo, bacia hidrográfica como unidade de estudo, trilhas ecológicas, plantio de árvores, recuperação de nascentes etc.); mobilização de toda a comunidade escolar para o desenvolvimento de atividades durante a Semana do Ambiente, com finalidade de conscientizar a população sobre as questões ambientais; realização de campanhas educativas com utilização de meios de comunicação disponíveis, imprensa falada e escrita, distribuição de panfletos, cartazes, a fim de informar e incentivar à população em relação à problemática ambiental; promover a integração das organizações nas diversas dimensões da cidadania, com o objetivo de ampliar o conhecimento e de efetivar a implementação dos direitos de cidadania no cotidiano da população.

Trabalhar a educação ambiental nas escolas é um grande desafio, pois nem sempre o quadro de professores está apto à implantação desses projetos. Dessa forma, deve haver a necessidade de formação contínua dos professores, pois o que acontece nas escolas é a abordagem de temas predominantes como proteção do verde, da água, cuidados com o lixo, mas o que se pretende da educação ambiental nas escolas é que seja um método constante de aprendizagem, com uma visão mais global que vá além das atividades formais (Narcizo, 2009).

Os alunos devem se tornar conscientes e sensibilizados com uma nova visão do ambiente, o que os torna também educadores ambientais fora do ambiente escolar, o que torna, conseqüentemente, a educação ambiental benéfica ao futuro do planeta.

Educação Ambiental Não Formal/Informal

Educação ambiental não formal é aquela que não se restringe ao ambiente escolar, mas deve buscar a integração escola – comunidade – governo – empresas, com o fim de envolver a todos em seu processo educativo.

A educação ambiental não formal sofreu uma evolução ao longo do tempo, tendo em vista que era utilizada como forma de manifesto com recomendação da necessidade de conservação da natureza, segundo alerta sobre a escassez dos recursos naturais.

As ONGs e os movimentos sociais, ao longo dos anos, e mesmo nos dias atuais, muitas vezes são vistos como simples ativistas, pois toda a contribuição que deram à sociedade, com sua luta, tem sido desconsiderada nessas realidades.

“A ausência de reflexão sobre o movimento ambientalista, seus propósitos e significados políticos, levou à incorporação à crítica por parte dos

educadores ambientais, das tendências conservadoras e pragmáticas dominantes, estabelecendo ações educativas dualistas entre o social e o natural, fundamentadas em concepções abstratas de ser humano e generalistas e idealistas no modo como definem a responsabilidade humana no processo de degradação ambiental”.

Porém, ao longo dos anos essas entidades têm ganhado força e conseguido ampliar a visão do ambiente, passam a ser mais bem tratadas e assimiladas da forma que deveriam ser: algo sistêmico, composto pela inter-relação de fatores sociais, econômicos e ambientais e não somente como fator natural. Temos como exemplo, um evento paralelo com a Rio 92, o Fórum das ONGs, o que legitimou estas instituições por meio da participação e articulação política. Inicia-se a formulação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e o surgimento da primeira rede de EA do Brasil, a Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA, que foi um ganho para a Educação Ambiental (Viezzer, 2008).

A partir disto, a educação ambiental, sobretudo a não formal, ganha força e passa a ser vista como uma forma de aprendizagem contínua para a formação de cidadãos que visem o bem-estar coletivo para uma melhora do ambiente a futuras gerações. Há a necessidade de se extrapolar a comunidade escolar e de abranger a comunidade no entorno de Unidades de Conservação, em indústrias, empresas, em áreas públicas, por meios de comunicações em massa, das universidades (atuações de alcance comunitário), de atividades culturais, pela formulação e execução de programas educacionais por organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, poder público, entre outras entidades (Berna, 2001).

De acordo com o Artigo 13, da Lei n.º 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (EA) *“entendem-se por Educação Ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.”*

A informação é à base da educação ambiental, diferentemente das outras que se baseiam na *formação*, o que resulta na importância de refletirmos as interfaces entre informação e formação para efeito da educação ambiental.

Por sua própria natureza, devemos reconhecer que, em um determinado período, os meios de comunicação estão muito mais em harmonia com o que a sociedade deseja do que com o próprio sistema educacional.

O tempo é o seu fator diferencial e os meios de comunicação procuram mostrar os fatos ao vivo, ou quase, ou seja, no momento em que o fato ocorre, pois quanto mais rápida for a informação, mais eficiente será. Entretanto, não há tempo para explicações didáticas, já que pode ocorrer confusão de conceitos que envolvem termos como ambiente e controle de poluição, proteção à fauna e flora, combate ao desperdício de recursos naturais, ecologia, preservação ambiental, entre outros (Pelegrine e Vlach, 2011).

A educação ambiental formal deve utilizar meios como jornais, vídeos, palestras, teatros, entre outros, que tratem do tema do ambiente para que as aulas fiquem bem mais interessantes e, principalmente, que fiquem próximas da realidade vivida fora do ambiente escolar. A educação ambiental formal incorpora a educação ambiental não formal, o que assegura uma maior agilidade no processo educativo, e faz com que o aluno

fixe o aprendizado, mas também se torne capaz de ter um pensamento crítico sobre sua realidade, além de influir sobre ela (Narcizo, 2009).

No Brasil, existem poucos recursos disponíveis para o trabalho de educação ambiental no ensino não formal. Nas unidades federais de conservação (parques e reservas) são poucos os programas educacionais, já que a maioria dos poucos recursos é utilizada na fiscalização e não na educação da população. Isso se deve, principalmente, à falta de documentação de projetos bem desenvolvidos, e que demonstrem a eficácia destes trabalhos quando comparados aos seus custos.

Para implemento de Programas relacionados à educação ambiental não formal, se faz imprescindível primar por alguns fundamentos e princípios, os quais tornam a prática mais eficaz.

A começar pela oportunidade de participação que deve ser dada aos envolvidos, permite propostas de ações, questionamentos e soluções para os objetivos a que se pretende alcançar. A falta de informação do público-alvo, muitas vezes ocasiona a oposição de alguns Programas.

A realidade local sempre deve ser levada em consideração para a prática de educação ambiental, o que leva em conta todo o seu aspecto histórico, pois diz muito sobre os aspectos culturais e sociais do público-alvo, além do que permite que a circunstância futura almejada seja condizente com as pretensões e com as possibilidades dos envolvidos.

Deve ser garantido o respeito às diferentes formas de vida e de cultura, utilizar estratégias democráticas e de interação para estimular a solidariedade, a igualdade e os direitos humanos, no que pode existir bom convívio entre os diferentes modos de vida.

A educação ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem, como os tecnológicos, sociais, econômicos, políticos, históricos, culturais, morais e estéticos, o que possibilita a ação integrada de diferentes perspectivas (Guimarães, 1995, Pelegrine e Vlach, 2011).

As questões ambientais devem, preferencialmente, começar a ser verificadas do ponto de vista local, no meio que cerca a população-alvo, de maneira que se identifiquem com as condições ambientais de outras localidades e passem ao regional, nacional e global. Estabelecer uma relação do ambiente local com o restante do planeta possibilita a compreensão do funcionamento dos ecossistemas naturais e sociais a partir da realidade com que se pretende trabalhar.

Diferentes métodos podem ser utilizados para a criação e o desenvolvimento de um Programa de Educação Ambiental não formal, pois não há, para isto, um molde rígido nem procedimento único. Pode ser utilizada uma extensa gama de atividades em diferentes ambientes para se transmitir e socializar conhecimentos.

Baseado em Pádua e Tabanez (1998) elaborou-se uma proposta para o planejamento e a execução de Programas de Educação Ambiental não formal, o qual compreende as seguintes etapas:

- a) **Realização de diagnóstico:** O diagnóstico deve ser realizado logo no início de qualquer Programa para a identificação das principais temáticas a serem abrangidas e para delimitação das ações a serem realizadas. Faz-se importante para identificação das

questões ambientais específicas da área de realização do projeto e para se conhecer as necessidades, valores e potenciais do público envolvido para se identificarem características ambientais, sociais e econômicas relevantes.

- b) ***Planejamento e execução do Programa Educacional a ser realizado:*** Para a implantação de um Programa de Educação Ambiental não formal, necessitamos estabelecer prioridades, atitudes e formas de ação e levar em conta os seguintes critérios: definição do público-alvo e do objetivo a ser alcançado; seleção do conteúdo e temáticas abordadas; adequação da linguagem e das estratégias, levando-se em consideração os conhecimentos, as vivências e o vocabulário do público-alvo; desenvolvimento de estratégias para realização do objetivo escolhido; dimensão das ações propostas; estabelecimento de parcerias para execução da proposta; elaboração de cronograma de execução das atividades.
- c) ***Avaliação dos resultados para aperfeiçoamento do trabalho:*** Todo o trabalho desenvolvido deve ser avaliado periodicamente para que se possam fazer correções e traçar novas diretrizes, como adequar o Programa às necessidades do público-alvo. A avaliação apresenta não só a efetividade do programa como um todo, como também fornece informações acerca dos diferentes procedimentos usados.

O resultado que se espera de todo um Programa de Educação Ambiental é o mais importante, para que realmente tenhamos mudanças de atitude, de comportamentos e de valores que leve os cidadãos à busca de uma melhor relação com o próximo, consigo, e com o ambiente.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa classificada como exploratória e descritiva, pois proporciona maior familiaridade com o problema, ou seja, torna mais explícito, aprimora ideias, estimula à compreensão.

O estudo exploratório possibilita ao pesquisador captar conhecimentos e comprovações teóricas, a partir de investigações de determinadas hipóteses para desenvolver posteriormente uma pesquisa descritiva ou ainda experimental. A pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever as características de determinada população ou fenômeno, a partir de técnicas padronizadas de coleta de dados com preocupação na atuação prática. Foi realizada análise documental para descrever e comprovar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. Foram utilizados documentos escritos (artigos científicos) referentes ao assunto, e publicados entre 1992 e 2012.

Considerações Finais

Podemos perceber nesse trabalho que a Educação Ambiental deve ser utilizada para reforçar a maneira de se pensar, e de se agir, no meio ambiente da escola e da sociedade.

Cada público-alvo, cada coletivo, tem necessidades e vontades distintas, refletindo diretamente no meio ambiente, sendo assim, um Programa de Educação Ambiental, deve partir da realidade vivida pelo público-alvo, devendo levar em conta aspectos culturais,

sociais, econômicos e ecológicos, despertando seu enfoque interdisciplinar e sistêmico para que o Programa realmente seja consistente.

Deve sensibilizar os alunos e as pessoas, espalhar e socializar conhecimentos entre os diversos grupos sociais, introduzir e promover o aprendizado de novas atitudes, novos valores em relação ao meio e novo comportamento diante da sociedade, viabilizando uma releitura do mundo e de sua realidade, de forma a perceber a dinâmica sócio-ambiental que relaciona o global e o local.

A Educação Ambiental deve ser efetuada de forma contínua e permanente seja em caráter formal, envolvendo todos os alunos e comunidades que cercam o ambiente escolar, ou seja, em caráter não formal envolvendo a sociedade em um todo, primando assim para a formação de multiplicadores e de cidadãos conscientes e responsáveis social e politicamente, engajados para a formação de uma sociedade realmente democrática. Visto que o exercício da cidadania, o respeito à diversidade, a justiça ambiental e a qualidade de vida são aspectos essenciais à Educação Ambiental.

Por meio deste trabalho procura-se refletir a Educação Ambiental em seus diversos aspectos, seja na Educação formal ou não formal, pois a Educação Ambiental não é bipartida, ela é única, é feita uma distinção apenas para diferenciar onde ela será realizada, dentro de um ambiente de ensino formal ou ultrapassando essa fronteira.

Referências

- A escola construindo caminhos para a Sustentabilidade. Disponível em (<http://caminhosparaasustentabilidade.blogspot.com.br>) acesso: 04 Mai 2012.
- Amaral, W. A Educação ambiental e a consciência da solidariedade ambiental. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 2, p. 207-216, 2008.
- Andrade, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4, 2000.
- Berna, V. Como fazer educação ambiental. São Paulo. ed: Paulus, 2001.
- Congresso Nacional. Lei Nº 9.795 de 27 de Abril de 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm Acesso em: 08/03/2012
- Dias, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.
- Effting, T. R. Educação Ambiental nas escolas públicas: Realidade e desafios. Monografia. Paraná, 2007.
- Ferraro Junior, L. A.; Mendonça, P.; Sorrentino, M.; Trajber, R. Educação Ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p. 285-299, maio/agosto 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf Acesso em: 03/03/2012
- Guimarães, M. A Dimensão Ambiental Na Educação. Campinas, Sp: Papyrus, 1995 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico. 1995. 107p.
- Hendges, A. S. Educação Ambiental no Ensino Formal e Não Formal, Lei 9.795/1999. Ecodebate cidadania e meio ambiente, 2010. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/09/13/educacao-ambiental-no-ensino-formal-e-nao-formal-lei-9-7951999-artigo-de-antonio-silvio-hendges> Acesso em: 13/04/2012
- Narcizo, K. R. S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. Revista eletrônica Mestr. Educ. Ambient, v. 22, 2009.
- Pelegri, D. F; Vlach, V. R. F. As Múltiplas dimensões da educação ambiental: Por uma ampliação da abordagem. Sociedade & Nat. Uberlândia, ano 23, n.2, 187-196. 2011.
- Padua, S; Tabanez, M. (org). Educação Ambiental: Caminhos Trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998.
- Sauvé, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a12v31n2.pdf Acesso em: 22/02/2012.
- Segura, D. de S. B. Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua a consciência crítica. São Paulo. Annablume, 2001.
- Souza, A. K. A relação escola-comunidade e a conservação ambiental. Monografia. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2000.
- Viezzer, M. L. Somos todos aprendizes: Lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental. 2008. Disponível em: <http://tratadodeea.blogspot.com.br/2008/06/somos-todos-aprendizes-lembranas-da.html>. Acesso em: 20/04/2012.